



Dispositivo e Subjetividade

Dispositif and Subjectivity

Dispositivo y Subjetividad

Gabriel de Freitas Gimenes

Psicólogo Clínico, São Paulo, SP, Brasil.

Resumo

O objetivo do presente trabalho é percorrer alguns textos de Foucault para buscar compreender como esse autor utilizou inicialmente a noção de *dispositivo*. A partir das contribuições de Deleuze é possível situá-lo como um termo estratégico dentro do pensamento foucaultiano, decisivo na articulação dos domínios do saber, do poder e da subjetividade. Uma discussão sobre o dispositivo se apresenta assim como relevante, pois, por meio de um percurso conduzido pela leitura singular que Deleuze realiza da obra de Foucault, é possível situar o conceito de subjetividade em relação ao de dispositivo, enquanto processo de produção que se dá nos limites dos dispositivos e que aponta para suas fraturas.

Palavras-chave: Dispositivo; Subjetividade, Processos de Subjetivação

Abstract

The objective of this work is to go through some of Foucault's texts in order to understand how this author initially used the notion of *dispositif*. Based on Deleuze's contributions, it is possible to place it as a strategic term within Foucauldian thought, decisive in articulating the domains of knowledge, power and subjectivity. A discussion about the term *dispositif* is therefore relevant, because, through a route led by Deleuze's unique reading of Foucault's work, it is possible to situate the concept of subjectivity in relation to the *dispositif*, as a production process that takes place within the limits of *dispositifs* and that points to their fractures.

Keywords: Dispositif; Subjectivity; Processes of Subjectification

Resumen

El objetivo de este trabajo es recorrer algunos textos de Foucault para tratar de comprender cómo este autor utilizó inicialmente la noción de *dispositivo*. A partir de los aportes de Deleuze es posible situarlo como uno término estratégico dentro del pensamiento foucaultiano, determinante en la articulación de los dominios del saber, del poder y de la subjetividad. Una discusión sobre el dispositivo se presenta así como relevante, porque, a

través de um recorrido conducido por la singular lectura de Deleuze de la obra de Foucault, es posible situar el concepto de subjetividad en relación con el de dispositivo, como un proceso de producción que tiene lugar en los límites de los dispositivos y que apunta a sus fracturas.

Palabras-clave: Dispositivo; Subjetividad; Procesos de Subjetivación

O Que é um Dispositivo?

Ao iniciar seu projeto de uma *História da Sexualidade* com *A Vontade de Saber*, Foucault (1976/1999) afirma não se tratar de uma história das práticas sexuais. Seu objetivo é antes compreender como, a partir de uma rede articulada de técnicas de saber e de tecnologias positivas de poder, algo como uma sexualidade pôde ter sido produzida: “um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo [...] e, através desse dispositivo, pôde aparecer algo como uma sexualidade enquanto verdade do sexo e de seus prazeres” (1976/1999, p. 67). A sexualidade é então apresentada como um *produto de um dispositivo específico*, de modo que o objetivo de Foucault é tornar esse dispositivo visível, situá-lo em nossa história, compreender suas condições de possibilidade, as forças que o atravessam e as formas que engendra. Mas, *o que é um dispositivo?*

Apesar de a filosofia de Foucault ser “frequentemente apresentada como uma análise dos ‘dispositivos’ concretos”,

como indica Deleuze (2016, p. 359), chama a atenção que ele “não tenha deixado exatamente claro o que entendia por dispositivo”, como afirmam Rabinow e Dreyfus (1983, p. 121). Do mesmo modo, Agamben (2009, p. 27-28) considera que dispositivo é “um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault [...] embora nunca tenha dado uma verdadeira e própria definição”.

Dispositivo aparece assim como um termo que Foucault mais utiliza que define. Para compreendê-lo, torna-se necessário acompanhar como é utilizado e situar esses usos em relação à argumentação desenvolvida, para entender quais questões atravessa. Ao propor essa concepção da sexualidade enquanto produto de um dispositivo específico, Foucault (1976/1999, p. 73) se esforça para mover sua atenção em direção a “mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder”, mecanismos estes pelos quais a sexualidade é produzida. Aqui encontramos importantes pistas que nos indicam que dispositivos se referem a mecanismos positivos e

heterogêneos que realizam diversas funções (induzir, produzir, multiplicar, gerar) em relação a vários domínios (saberes, discursos, prazeres e poderes). Mecanismos heterogêneos com diversas funções em vários domínios, é nesse sentido que Deleuze (2016, p. 359) busca caracterizar um dispositivo ao descrevê-lo como um conjunto de linhas entrelaçadas, como “um conjunto multilinear. Ele é composto de linhas de diferente natureza. E essas linhas, no dispositivo, não cercam nem rodeiam sistemas, [...] mas seguem direções, traçam processos sempre em desequilíbrio e ora se aproximam, ora se distanciam umas das outras”.

Com a atenção voltada a esses processos heterogêneos, uma das primeiras coisas que Foucault (1976/1999) encontra em sua pesquisa é uma excessiva falação em torno do sexo, uma “incitação ao discurso, regulada e polimorfa” (p. 35), que o leva a questionar o tema comum e relativamente bem aceito de que a sexualidade em nossa sociedade seria reprimida. Foucault (1976/1999) contrasta essa série de interdições que se manifesta no nível das condutas e da linguagem com uma explosão discursiva que encontra no nível dos enunciados, e distingue assim, em oposição a uma condenação ao silêncio e à discrição, uma incitação a falar. Ou

melhor, não uma oposição, mas um movimento pelo qual houve todo um jogo entre uma vontade de saber que buscava a verdade do sexo e uma determinada vontade de não saber que se esforçava por ocultá-lo e afirmá-lo enquanto segredo. Foucault (1976/1999, p. 16) busca assim deslocar sua análise para além dos problemas elaborados em termos de repressão em favor dos mecanismos positivos pelos quais a sexualidade é produzida: “trata-se de determinar [...] as ‘técnicas polimorfas de poder’”.

Foucault (1976/1999) articula assim alguns elementos para uma análise do dispositivo da sexualidade: por um lado, há que se contornar o nível imediato da linguagem (das palavras e frases, em relação às quais é possível observar as interdições) para tornar visível o nível enunciativo no qual se manifesta uma explosão discursiva; por outro, há que se considerar que esses discursos são imanentes a relações estratégicas de poder, de modo que importa como circulam, por quais lugares passam e que efeitos geram. Foucault (1976/1999) afirma então que não importa tanto se somos ou não reprimidos, ou mais ou menos reprimidos que antes, importa mais descrever essa vontade de saber e essa vontade de verdade em função das quais o sexo é colocado em discurso;

importa tornar visível esse dispositivo que se apresenta como um “mecanismo incitador e multiplicador” (p. 46) em função do qual se produz uma sexualidade; importa, enfim, “buscar as instâncias de produção discursiva (que, evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes, têm a função de interditar)” (p. 17).

Desse modo, Foucault (1976/1999) busca situar a hipótese repressiva enquanto uma tática local que opera em relação a uma estratégia global maior. A repressão, a série de interdições, os mutismos, os silêncios, a discrição, o pudor, todos esses elementos que se relacionam à repressão do sexo são, então, funções específicas de um dispositivo da sexualidade, de modo que Foucault (1976/1999, p. 122) conclui que a teoria da repressão “é historicamente ligada à difusão do dispositivo da sexualidade”. Apesar de insistir nessa questão da repressão, Foucault (1976/1999) comenta que essas críticas também não são muito originais, uma vez que desde a psicanálise as relações entre sexo e poder já são discutidas de outro modo que não o de uma energia selvagem vinda de baixo sendo reprimida por um poder ordenador que vem de cima. Dessa forma, Foucault (1976/1999) afirma que não basta simplesmente realocar a teoria da

repressão, é preciso questionar quais concepções de desejo e de poder são colocadas em movimento nessa questão das relações entre sexo e poder.

Foucault (1976/1999) se move assim da crítica da hipótese repressiva do sexo em direção a duas críticas que considera mais radicais: uma crítica da teoria do desejo e uma crítica da teoria do poder. Uma crítica da teoria do desejo porque Foucault (1976/1999) encontra, na leitura que realiza do discurso psicanalítico de sua época, um movimento pelo qual a repressão também é deslocada da posição de ponto central das relações entre poder e sexo, porém de um modo pelo qual o desejo continua sujeito a uma concepção de poder ordenador, uma vez que a constituição desse desejo é da ordem da lei. Dessa crítica da teoria do desejo, Foucault é levado a questionar não apenas essa noção de desejo constituído por uma lei – uma lei da falta – como também a própria noção de sujeito de desejo, tema que foi decisivo nos volumes seguintes de sua *História da Sexualidade* e no momento final de seu pensamento, dedicado a uma hermenêutica do sujeito, ao governo de si e dos outros e à análise das relações entre sujeito e verdade.

Paralela a essa crítica da teoria do desejo, Foucault (1976/1999) realiza uma

crítica da teoria do poder ao perceber o quanto que, seja na teoria da repressão ou na análise crítica da repressão, manifesta-se uma mesma concepção de um poder unitário que vem de cima, cujas principais atividades são legislar, proibir ou permitir. Foucault (1976/1999) reconhece aí uma mesma concepção jurídico-discursiva do poder que atravessa tanto a temática da repressão e da libertação da repressão quanto a teoria do desejo, do desejo enquanto lei, da lei que instaura o desejo enquanto falta. Uma concepção jurídico-discursiva do poder porque tem na lei e no direito seu modelo de exercício, que opera por regimes binários do tipo ilícito/lícito, permitido/proibido, dominador/dominado, de modo que é uma concepção “definida de maneira estranhamente limitativa”, pois se trataria de um poder “que só teria a potência do 'não', incapacitado para produzir, apto apenas a colocar limites” (p. 83).

Foucault (1976/1999, p. 83) afirma que com essa concepção do poder se opera uma “elisão de tudo o que poderia constituir sua eficácia produtiva, sua riqueza estratégica, sua positividade”. É preciso então se afastar dessa representação hegemônica para que se torne possível outra maneira de pensar, não o que seja o poder, mas por quais

procedimentos ou mecanismos concretos é exercido. Foucault (1976/1999, p. 87) busca então alguns critérios e alguns elementos para realizar o que denomina uma *analítica do poder*, caracterizada como uma “análise do poder nos meandros concretos e históricos de seus procedimentos”. Pois é a partir dessa proposta de uma *analítica do poder* que pode ser situado o termo *dispositivo*.

Uma analítica do poder deve compreendê-lo “como a multiplicidade das correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (Foucault, 1976/1999, p. 89). Uma multiplicidade de correlações de forças em contraste com a unidade de um poder central que vem de cima, que dita a lei, que define estados totalizantes de dominação a partir de pares estáveis tais como dominador/dominado, lícito/ilícito ou proibido/permitido. Em *O Sujeito e o Poder*, Foucault (1983, p. 211) afirma que busca assim propor outra economia das relações de poder, uma que não busca “analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna”, mas que “consiste em analisar relações de poder por meio do antagonismo de estratégias”. É a partir dessa proposta que Foucault encontra uma maneira de se afastar do modelo jurídico-discursivo de exercício do poder em

proveito do que denomina um *modelo estratégico*, porque leva em conta “correlações de forças desequilibradas, heterogêneas, instáveis, tensas”, de modo que “é nesse campo de correlações de forças que se deve tentar analisar os mecanismos de poder” (Foucault, 1976/1999, p. 92).

Ao comentar essa analítica do poder, Deleuze (1986/2013, p. 79) afirma encontrar “um profundo nietzscheísmo”. Por um lado, as relações de poder não são confundidas com relações de violência nem com estados de dominação; por outro, essas relações de poder são compreendidas como um campo de embate, um campo de correlações de forças, de agonismos e antagonismos, um campo aberto, móvel e flexível; enfim, há uma busca por uma concepção positiva do poder, no sentido de pensá-lo não como repressão ou proibição (categorias negativas), mas enquanto potência, produção. Deleuze (1986/2013) comenta que essa concepção de poder enquanto correlações de força implica, primeiramente, que o poder não é uma forma, não se manifesta numa forma, muito menos se resume a uma forma (a forma-Lei, a forma-Estado, etc.). O poder é uma força, e isso implica, por outro lado, que a “força não está nunca no singular”, uma vez que qualquer força “tem como

característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto ou sujeito a não ser a força” (Deleuze, 1986/2013, p. 78). Uma vez que se caracterizam como uma correlação de forças, as relações de poder não se reduzem às relações de violência, já que “a violência afeta corpos, objetos ou seres determinados, cuja forma ela destrói ou altera, enquanto a força não tem outro objeto além de outras forças, não tem outro ser além da relação” (Deleuze, 1986/2013, p. 78). Assim, enquanto na violência se manifesta uma ação que afeta um corpo, um objeto, enfim, uma forma qualquer, no exercício do poder há “uma ação sobre a ação”, o exercício do poder pode ser concebido como “uma lista, necessariamente aberta”, de forças informes afetando e sendo afetadas por outras forças informes, descritas por verbos intransitivos que indicam “ações sobre ações: incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável” (Deleuze, 1986/2013, p. 78-79).

Outra consequência dessa concepção é que as relações de poder também não se confundem com estados de dominação, uma vez que as correlações de força compõem um campo aberto, móvel e

flexível, enquanto que os estados de dominação são caracterizados por uma hierarquia imóvel do tipo dominante/dominado, na qual há uma estratificação que impossibilita a reversão das forças ou a mudança de suas direções. Apesar de haver condensações ou sedimentações momentâneas que compõem estados locais e instáveis de dominação, as relações de poder não se resumem a esses estados, uma vez que são estratégicas, ou seja, não-estratificadas. Do mesmo modo que as relações de poder não se confundem com um estado estratificado e imóvel, elas também não se reduzem apenas a categorias negativas tais como proibir, reprimir, interditar, falsificar, maquiagem, etc. Deleuze (1986/2013) comenta que as relações de poder, tanto em Nietzsche quanto em Foucault, são compreendidas essencialmente como potência, como produção, como ação, de modo que esse campo estratégico de relações de forças informes é um campo em potência, um campo de potências, que se atualizam e se determinam em formas específicas em outro campo, o campo estratificado do saber. Sobre essa concepção produtiva do poder, Deleuze (1986/2013, p. 90) afirma que “em relação ao saber, ele produz verdade, enquanto faz ver e faz falar. Ele produz verdade

enquanto problema”. O poder pode ser compreendido, então, como uma dimensão de forças, uma dimensão informe e estratégica que se distingue do saber, dimensão de formas, uma dimensão estratificada. Poder e saber correspondem, assim, a duas dimensões distintas, de diferentes naturezas, mas que, em sua heterogeneidade, se relacionam, se implicam e se atravessam mutuamente na composição de um dispositivo.

Em *A Arqueologia do Saber* Foucault (1969/2005) desenvolve uma concepção original de enunciado e uma metodologia de análise enunciativa pela qual busca situar os discursos enquanto coisas e acontecimentos, enquanto práticas que apresentam suas condições de possibilidade e seus modos específicos de repetição, acúmulo e transformação. Desse modo, ele busca compreender os regimes de enunciação pelos quais são tornados possíveis e em função dos quais circulam, se repetem e se modificam. Os enunciados aparecem como uma das formas que compõe o domínio do saber, mas não a única, uma vez que esse domínio também se define pelas coisas ou objetos específicos que são vistos ou tornado visíveis pelas técnicas de saber. Assim, regimes de enunciação se combinam com regimes de visibilidade que apontam para

uma outra forma constitutiva do saber, que Deleuze (1986/2013) denomina de “visíveis”. Esses visíveis e enunciáveis são as duas formas que compõem a dimensão estratificada do saber, dimensão estratificada, pois determinada em cada formação histórica específica. Cada época possui assim seu arquivo, compreendido enquanto sistema pelo qual se estabelecem as condições específicas de enunciação e de visibilidade.

Enquanto essa dimensão do saber é estratificada em duas formas (visíveis e enunciáveis) cujos regimes específicos são determinados pelo arquivo de cada formação histórica determinada, a dimensão do poder não remete a nenhuma forma, uma vez que é composta de forças em relações estratégicas. Em relação a esse domínio informe de forças, Deleuze (1986/2013, p. 79) afirma que “um exercício de poder aparece como um afeto, já que a própria força se define por seu poder de afetar outras forças (com as quais ela está em relação) e de ser afetada por outras forças”. Deleuze (1986/2013, p. 79) descreve o poder de afetar “como uma função da força”, mas uma função não formalizada, uma função indeterminada, uma função pura “tomada independentemente das formas concretas em que ela se encarna, dos objetivos que

satisfaz e dos meios que emprega” (p. 80). Por outro lado, o poder de ser afetado é como uma matéria da força, mas uma matéria não formada, não determinada, “tomada independentemente das substâncias formadas, dos seres ou dos objetos qualificados nos quais ela entrará” (p. 80). Em relação a esse campo informe de funções não formalizadas e de matérias não formadas, Deleuze (1986/2013, p. 84) comenta que Foucault deu-lhe certa vez o nome mais exato: “é um 'diagrama', isto é, um 'funcionamento [...] que se deve destacar de qualquer uso específico’”. Para Deleuze (1986/2013, p. 44) o *diagrama* é “uma máquina abstrata” que se define “por meio de funções e matérias informes. É uma máquina quase muda e cega”.

Assim, enquanto o domínio do saber é um domínio estratificado, composto por formas específicas relativas a formações históricas determinadas que remetem a condições específicas de enunciação e de visibilidade (o arquivo audiovisual), o domínio do poder, estratégico e informe, não remete mais a um arquivo (às formas dos enunciáveis e dos visíveis), mas antes implica um mapa de forças, de intensidades, de pontos abertos e de direções móveis. Um diagrama seria esse mapa de intensidades, essa “apresentação das relações de força

que caracterizam uma formação”, essa “repartição dos poderes de afetar e dos poderes de ser afetada”, essa máquina abstrata que se apresenta pela “mistura das puras funções não-formalizadas e das puras matérias não-formadas” (Deleuze, 1986/2013, p. 80). Um mapa de intensidades, uma máquina abstrata, um diagrama de poder pode assim ser descrito a partir de um conjunto de “ações consideradas como 'quaisquer' e de suportes quaisquer” (Deleuze, 1986/2013, p. 80). O famoso exemplo do Panóptico aparece aqui como uma máquina abstrata que compõe um diagrama disciplinar de forças cujas funções puras e matérias nuas podem ser descritas como: “impor uma tarefa ou um comportamento quaisquer a uma multiplicidade qualquer de indivíduos, sob a única condição de que a multiplicidade seja pouco numerosa e o espaço limitado, pouco extenso” (Deleuze, 1986/2013, p. 80).

Deleuze (1986/2013) argumenta que é característico de um diagrama de poder estar em constante movimento e mutação, de maneira que esse diagrama disciplinar não se apresenta como um mapa totalizante que englobe todas as relações de forças nas sociedades modernas, mas antes um mapa de algumas forças atuantes, um mapa móvel, que se

modifica constantemente. Assim, em relação a esse conceito de diagrama e seu devir, cabe ressaltar que um dos argumentos mais importantes que Foucault desenvolve em *A Vontade de Saber* é relativo à descrição de um mapa de forças que se compõe em torno das emergentes sociedades modernas e que se articula com essas técnicas disciplinares. Foucault (1976/1999, p. 129) denomina de *biopoder* esse diagrama, uma vez que se trata de “um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto”.

Esse diagrama de biopoder se apresenta como um mapa de relações de forças caracterizado pela função de investir na vida. Essas forças, ao investirem na vida, compõem um modo de exercício de poder cujo esforço é controlá-la e geri-la em todos os seus aspectos, seja os relativos à vida de um corpo individual qualquer, seja os relativos à vida de um corpo social qualquer. Foucault (1976/1999, p. 131) denomina de “anátomo-política do corpo humano” os mecanismos de poder que investem no disciplinamento dos corpos individuais, e de “biopolítica das populações” os mecanismos de poder que visam regular uma população. A partir

dessas análises do biopoder, Deleuze (1986/2013, p. 80) descreve tal diagrama pela função de “gerir e controlar a vida numa multiplicidade qualquer, desde que a multiplicidade seja numerosa (população), e o espaço extenso ou aberto”, e conclui que “as duas funções puras nas sociedades modernas serão a 'anatomopolítica' e a 'biopolítica’”, enquanto que “as duas matérias nuas, um corpo qualquer, uma população qualquer”.

Enfim, cabe também ressaltar que um diagrama, enquanto máquina abstrata ou mapa de intensidades, não se estabiliza em relações específicas nem se estratifica em formas determinadas, daí que Deleuze (1986/2013, p. 81) afirma que “é a instabilidade das relações de poder que define um meio estratégico ou não estratificado”, em oposição à estratificação das formações de saber. Assim, uma das importantes consequências dessa diferença de natureza entre saber e poder, entre arquivo e diagrama, é que “as relações de poder não são conhecidas”, uma vez que “a prática do poder permanece irreduzível à prática do saber” (Deleuze, 1986/2013, p. 81). É por essa condição que as relações de poder remetem a uma “microfísica”, com a condição de se entender 'micro' “como um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível

ao saber: ligações móveis e não-localizáveis” (Deleuze, 1986/2013, p. 82).

Essa diferença de natureza entre saber e poder, assim como essa irreduzibilidade entre um e outro, não impedem que “haja pressuposição e captura recíprocas, imanência mútua” (Deleuze, 1986/2013, p. 82). Isso porque as técnicas de saber são inseparáveis das relações de poder que as tornam possíveis, ao passo que as relações de força “permaneceriam transitivas, instáveis, evanescentes, quase virtuais, em todo caso não-conhecidas, se não se efetuassem nas relações formadas ou estratificadas que compõe saberes” (Deleuze, 1986/2013, p. 82). É dessa imanência entre relações de poder e técnicas de saber que decorre “a afirmação de um complexo *poder-saber* que une o diagrama e o arquivo, e os articula a partir de suas diferenças de natureza” (Deleuze, 1986/2013, p. 82-83).

Após esses giros podemos voltar ao dispositivo para melhor situá-lo em função desses temas. Como foi dito a respeito da proposta de uma analítica do poder, Foucault (1976/1999) busca uma concepção do poder enquanto um campo aberto e estratégico de correlações de força, assim como afirma o poder enquanto potência, enquanto produção. Essas relações de forças podem ser

compreendidas como um diagrama informe, como uma máquina abstrata na qual se articulam diversas funções não formalizadas (função compreendida como capacidade da força de afetar) e matérias não formadas (matéria compreendida como capacidade da força de ser afetada). Uma vez que esse campo de correlações de força é instável e irreduzível às formas do saber, essas relações não são conhecidas enquanto não se determinam, enquanto não se efetuam em funções e matérias concretas. Esse campo estratégico de forças é imanente a um campo estratificado de formas, de modo que se articulam complexos de poderes-saberes pelos quais as forças em relação se determinam em formas específicas (objetos, sujeitos, discursos, saberes). Esse outro campo estratificado do saber se relaciona com um arquivo determinado, compreendido como um sistema pelo qual se estabelecem os regimes de enunciação e de visibilidade de cada formação histórica, em função dos quais essas técnicas de saber formam seus enunciáveis e seus visíveis. A imanência entre técnicas de saber e estratégias de poder é, assim, a imanência entre o arquivo e o diagrama, entre as formas e as forças, de modo que, sem as técnicas de saber que as atualizam e as determinam, as relações de poder não seriam conhecidas e

permaneceriam virtuais, ao passo em que, sem as relações de poder que as animam, as técnicas de saber não teriam suporte para sua existência e seu exercício.

O termo dispositivo pode ser situado justamente em relação aos conceitos de diagrama e arquivo: enquanto um arquivo é um sistema, específico a cada formação histórica, pelo qual se estabelecem os regimes de enunciação e de visibilidade em função dos quais se formam as duas formas do saber (visíveis e enunciáveis) e um diagrama é um mapa informe de relações de força ou uma máquina abstrata de puras funções e matérias nuas, um dispositivo pode ser compreendido justamente como uma máquina concreta, como um conjunto de aparatos ou mecanismos positivos, pelos quais essas forças em relação em um diagrama informe se determinam em formas específicas em cada arquivo. Deleuze (1986/2013) afirma que os dispositivos são agenciamentos concretos pelos quais se efetuam as funções dessa máquina abstrata que é o diagrama de forças: “as máquinas concretas são os agenciamentos, os dispositivos bifformes; a máquina abstrata é o diagrama informe” (p. 49)

Assim, como argumenta Deleuze, o termo dispositivo apresenta uma

considerável importância estratégica no pensamento de Foucault. Ainda que não tenha sido propriamente definido, é possível acompanhar seu sentido em relação à trama conceitual e aos problemas analisados: uma vez que o poder é compreendido como um campo informe de correlações de força e a proposta de uma analítica do poder é buscar fazer uma “análise do poder nos meandros concretos e históricos de seus procedimentos” (Foucault, 1976/1999, p. 87), o termo *dispositivo* é justamente o que remete a esse conjunto de mecanismos ou aparatos produtivos pelos quais esse campo informe de correlações estratégicas de força se efetua por meio de complexos de poderes/saberes em uma formação histórica determinada com funções e matérias específicas. O termo dispositivo aponta assim para esse caráter dinâmico e estratégico que a analítica do poder foucaultiana revela como um conjunto heterogêneo que dispõe seus elementos de determinados modos.

Tal caráter estratégico, dinâmico, produtivo e heterogêneo de um dispositivo, como algo que dispõe diversas coisas de um certo modo, também é indicado por Deleuze ao descrever um dispositivo como um conjunto de linhas, “um conjunto multilinear” (2016, p. 359). Um dispositivo

se apresenta assim como uma rede heterogênea e concreta (determinada em dada formação histórica e social) em função da qual essas linhas são articuladas, entrelaçadas, confundidas e dispostas em uma ordem.

Deleuze (2016 p. 360) afirma que as duas primeiras dimensões que compõem um dispositivo são as *linhas de enunciação* e as *linhas de visibilidade*. Essas linhas remetem ao arquivo, ao domínio do saber, e apresentam os dispositivos como “máquinas para fazer ver e falar” (Deleuze, 2016, p. 361). A terceira dimensão de um dispositivo é composta por *linhas de forças*, que são as linhas do diagrama, do domínio do poder. A linha de força “se produz ‘em toda relação de um ponto ao outro’ e passa por todos os lugares de um dispositivo. Invisível e indizível, está estreitamente emaranhada” (Deleuze, 2016, p. 361). Assim, em relação tanto a um arquivo (em função do qual se distribuem os visíveis e os enunciáveis) quanto a um diagrama (que se apresenta como uma máquina abstrata quase muda e cega), os dispositivos se apresentam como máquinas concretas, “para fazer ver e para fazer falar” (Deleuze, 2016, p. 361).

Um dispositivo como uma rede, como um entrelaçamento de linhas de distintas naturezas (linhas de enunciação,

linhas de visibilidade, linhas de força), como um agenciamento concreto com funções estratégicas. Todos esses elementos ficam visíveis na argumentação que Foucault desenvolve em *A Vontade de Saber* ao descrever o dispositivo de sexualidade como a “grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de poder e de saber” (Foucault, 1976/1999, p. 100).

Subjetividade como Linha de um Dispositivo

Foucault (1976/1999) torna visível um dispositivo de sexualidade que se produz em função de um diagrama de biopoder e ressalta a importância estratégica que a questão do sexo adquire por ser zona de acesso aos dois polos que caracterizam os mecanismos de exercício desse poder: as disciplinas do corpo individual e as regulações do corpo social. Em função desse dispositivo de sexualidade, Foucault (1976/1999) argumenta que o sexo é produzido enquanto uma questão que importa, que

precisa ser gerida e que passa a ser investida por diversas técnicas de saber e estratégias de poder. O sexo é então colocado em discurso por uma vontade de saber que, ao caracterizar uma busca tanto pela verdade do sexo quanto pela verdade que esse sexo possa revelar sobre nós, articula procedimentos de produção de verdade (interrogatório/confessional e científico/racional) na composição de um saber do sujeito. Foucault (1983) afirma que esse saber do sujeito adquire um peso considerável (ético, econômico, político) em relação a uma tecnologia de poder que, ao se encarregar da tarefa de gerir a vida em todos os seus aspectos, desenvolve uma “combinação ardilosa (...) de técnicas individualizantes e de procedimentos totalizantes” (p. 213), combinação esta que caracteriza um modo de exercício de poder que “torna os indivíduos sujeitos”, que “subjuga e torna sujeito a” (p. 212).

Em função dessa trama de saberes/poderes cada um é sujeito a um investimento sobre si, a constantemente falar sobre si, a buscar nisso uma verdade, verdade esta que, quando revelada, o libertará. Desse modo, esse dispositivo de sexualidade é atravessado por uma promessa de uma maior felicidade e de uma vida mais liberta e plena. Foucault (1976/1999) localiza uma potência

específica de captura nessa articulação entre uma vontade de saber e o anúncio de uma nova vida, de modo que, em função desse dispositivo de sexualidade, não apenas o sexo é produzido enquanto questão e investido por saberes/poderes, como também somos subjugados nesses mecanismos e levados a “amar o sexo”, a tornar “desejável conhecê-lo” e a “achar precioso tudo o que se diz a seu respeito” (p. 149).

Liberar-se desse dispositivo? Mas é um dispositivo que subjuga e que sugere que é nessa sujeição que se encontra a liberdade e uma maior felicidade. Liberar-se parece não ser a melhor estratégia na relação com esse dispositivo cuja potência específica de captura está justamente na promessa de uma nova vida, mais plena e liberta. Nesse sentido, em *A Ética do Cuidado de Si como Prática de Liberdade*, Foucault (2004) faz um contraste entre processos de liberação e práticas de liberdade, e sugere o domínio das práticas de si como domínio possível, não apenas de uma liberação, como também de uma composição (ética/estética) de um conjunto de práticas de liberdade pelas quais, mediante um cuidado de si, seja possível um campo de ação sobre si mesmo e os outros nos limites dos saberes e poderes, de maneira a se produzir de alguma forma:

“um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (p. 265).

Foucault (2004) localiza nesse campo das práticas de si uma dimensão ética/estética, uma vez que se relacionam diretamente com a composição de outras formas de vida, com a criação de novos modos de existência que, ao se furtarem aos saberes e poderes, atendam a certos critérios de beleza, de satisfação, de intensidade e de eticidade que são imanentes às práticas de liberdade pelas quais são compostas: “o que é a ética senão a prática da liberdade, a prática refletida da liberdade?” (Foucault, 2004, p. 267). Em *Do Biopoder à Biopolítica*, Lazzarato (2000, p. 46) chama a atenção para esse importante aspecto na analítica do poder foucaultiano, e afirma que se o poder “captura a vida como objeto de seu exercício, Foucault está interessado em determinar o quê na vida resiste, e que, ao resistir, cria formas de subjetivação e formas de vida que escapam aos biopoderes”.

Essa produção de subjetividade nos limites dos saberes e dos poderes emerge, assim, como a quarta dimensão no enredamento dos dispositivos, como *linhas de subjetivação*. Sobre essa dimensão da

subjetividade, Deleuze (2016, p. 361) afirma que ela é uma maneira de ultrapassar a linha de forças, e que essa ultrapassagem da linha de forças é o que se produz “quando a força, em vez de entrar em entrelaço linear com outra força, revolteia sobre si, se exerce sobre si mesma, ou afeta a si mesma”.

A subjetividade aparece assim como uma das linhas de um dispositivo, uma linha que dobra as linhas de força na produção de uma outra dimensão, uma dimensão do si mesmo, da relação com si. Deleuze (2016, p. 361) afirma que essa dimensão “de modo algum é uma determinação preexistente que se encontraria já pronta”. Assim, a subjetividade se apresenta como um processo, e um processo de produção, ela corresponde a uma dimensão produtiva e que precisa ser produzida, pois não está dada: “uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade em um dispositivo: fazer-se é o que ela deve, na medida em que o dispositivo permita ou torne isso possível. [...] Não é certo que todo dispositivo comporte uma” (Deleuze, 2016, p. 361-362).

Essa produção de subjetividade pode ser caracterizada então como uma maneira de transpor e ultrapassar as linhas dos dispositivos. Interessante notar que

Deleuze considera que não são todos dispositivos que a suportam. É nesse sentido que Deleuze distingue, no limite do pensamento de Foucault, a dimensão da subjetividade como limite, uma vez que é criada, inventada e tornada possível ao escapar das dimensões dos saberes estabelecidos e dos poderes hegemônicos, ao se furtar tanto às formas determinadas quanto às forças determinantes e produzir a si mesma nos limites dessas formas e dessas forças. Deleuze (2016, p. 361) afirma que a “produção de subjetividade em um dispositivo” é “uma linha de fuga [que] escapa das linhas precedentes, *delas* se escapa. O Si não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que incide sobre grupos ou pessoas e que subtrai-se dos entrelaços de forças, entrelaços estabelecidos como saberes constituídos”. Enquanto processos de subjetivação, não têm a ver com sujeitos ou com individualidades, mas com a produção de modos de existência que, ao resistir ao estabelecido, saltam para além dos limites de cada momento na direção da criação do novo, na produção de outros modos de existência e outras possibilidades de vida que se escapam aos saberes/poderes instituídos. Ainda que estes novos modos e possibilidades sejam novamente capturados por outras técnicas

de saber e estratégias de poder, os processos de subjetivação, enquanto modo intensivo, continuam a se mover e a escapar. Deleuze (1986/2013, p. 123-124) afirma então que a subjetividade sequer tem a ver com a “‘pessoa’: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento [...] é um modo intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder”.

Desse modo, Deleuze (1990/2008) afirma que o tema da produção de subjetividade, ou dos processos de subjetivação, não indica de modo algum um retorno de Foucault à questão do sujeito, mas caracteriza antes uma ruptura, um importante salto, pelo qual Foucault se desloca das linhas de saber e de poder que buscam fechar os dispositivos para uma ética/estética que escape a essas linhas ao se produzirem enquanto processos criativos que as tensionam e produzem linhas de fuga. Deleuze (1990/2008, p. 116) argumenta que Foucault “não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas os termos ‘subjetivação’, no sentido de processo, e ‘si’, no sentido de relação (relação a si)”, e que nesse tipo especial de relação, que toma a si mesmo como campo de

experimentação, trata-se “da constituição de modos de existência, [...] não a existência como sujeito, mas como obra de arte”. A subjetividade aparece assim como uma dimensão que não tem a ver com sujeitos determinados ou com formas específicas de individualidade, uma vez que é mais um processo que se dá num plano intensivo de forças em relação, plano esse que atravessa e que tensiona essas relações ao fazer com que a força se dobre sobre si mesma. Deleuze (1990/2008, p. 116-117) afirma então que a subjetividade se aproxima mais de “um campo elétrico ou magnético, *uma individuação operando por intensidades* (tanto baixas como altas), campos individuados e não pessoas ou identidades”.

Uma subjetivação enquanto modo intensivo em oposição aos estratos do saber e às estratégias do poder; um modo intensivo que não remete a formas, individualidades, substâncias ou qualidades específicas, uma vez que se caracteriza como uma produção de singularidades. Em contraste com os estratos do saber que determinam formas específicas em termos do que se diz (enunciados) e do que se vê (visibilidades) e com as estratégias de poder que determinam certas ações sobre ações (que sujeitam a certas relações consigo e com os

outros), os processos de subjetivação, enquanto modo intensivo, não indicam determinação alguma, mas se escapam de qualquer determinação ao indicarem para novas possibilidades de criação que caracterizam o novo, o atual. Essas linhas de subjetivação, na medida em que se escapam das dimensões do saber e do poder, “parecem particularmente capazes de traçar caminhos de criação, que não param de abortar, mas também de serem retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo” (Deleuze, 2016, p. 365). Desse modo, as *linhas de subjetivação* apontam para o que Deleuze (2016, p. 362) caracteriza como a quinta dimensão dos dispositivos, que se relacionam com sua incompletude e não fechamento, que consiste justamente nas *linhas de fratura*: “Perguntar-se-á se as linhas de subjetivação não são a borda extrema de um dispositivo, e se não esboçam a passagem de um dispositivo a outro: elas preparariam, neste sentido, as ‘linhas de fratura’”.

Entre as cinco dimensões que compõe um dispositivo (linhas de enunciação, linhas de visibilidade, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de fratura), Deleuze (2016, p. 367) afirma que é preciso distinguir dois tipos: “linhas de estratificação ou de sedimentação; linhas

de atualização ou de criatividade”. Assim, as linhas de enunciação e de visibilidade, enquanto determinam as formas do saber em relação a um arquivo, se estratificam em formações específicas; as linhas de força, enquanto relações estratégicas, são imanentes tanto a essas linhas de estratificação quanto às linhas de fratura que se produzem quando essas linhas de força se dobram sobre si mesmas tornando possíveis as linhas de subjetivação. Enquanto as linhas de estratificação buscam o fechamento de um dispositivo, as linhas de atualização apontam para seus limites e possibilidades de criação que lhes escapam, de modo que apontam para um porvir.

Deleuze (2016, p. 363) destaca que “cada dispositivo é uma multiplicidade, na qual operam processos em devir, distintos daqueles que operam em um outro”, e é neste sentido que “a filosofia de Foucault é um pragmatismo”, pois se caracteriza como uma análise de dispositivos concretos. As duas principais consequências de uma filosofia dos dispositivos são “o repúdio dos universais” e uma mudança de orientação, “que se desvia do Eterno para apreender o novo” (Deleuze, 2016, p. 363). Um repúdio aos universais porque os universais não explicam nada, eles é que precisam ser

explicados, do mesmo modo que os dispositivos não se relacionam com nenhuma totalidade ou universalidade, seja de uma verdade, de uma razão, de um poder, de um sujeito. Uma mudança de orientação do eterno para o novo, na medida em que o novo indica “a criatividade variável segundo os dispositivos”. Nem universal nem eterno, cada dispositivo “se define, assim, por seu teor de novidade e criatividade, que ao mesmo tempo marca sua capacidade de transformar-se, ou de fissurar-se já em proveito de um dispositivo do porvir” (Deleuze, 2016, p.365).

Em relação aos movimentos pelos quais as linhas de um dispositivo se sedimentam e se estratificam buscando se fechar e são fraturadas, buscando se abrir e se atualizar em direção a um novo, Deleuze (2016, p. 365) afirma que “em todo dispositivo, é preciso distinguir o que somos (o que já nem somos mais) e o que estamos em via de devir: *a parte da história e a parte do atual*”. Do mesmo modo, em todo dispositivo “devemos desemaranhar as linhas do passado recente e as do futuro próximo: a parte do arquivo e a do atual, a parte da história e a do devir, a parte da *analítica* e a do *diagnóstico*” (Deleuze, 2016, p. 366).

A análise corresponde à história, ao

arquivo, o diagnóstico corresponde ao atual, ao novo. Assim, a análise do arquivo é apenas metade da tarefa, a outra é o diagnóstico do atual, do devir. Este é de acordo com Deleuze (2016, p. 366) o pragmatismo de Foucault, que consiste em “não predizer, mas estar atento ao desconhecido que bate a porta”. É por isso que Deleuze (2016, p. 366) considera Foucault um grande filósofo, pois soube se servir da história em proveito de outra coisa: “como dizia Nietzsche, agir contra o tempo, e, assim, sobre o tempo, em favor, eu o espero, de um tempo do porvir. Pois o que aparece como o atual ou o novo, segundo Foucault, é o que Nietzsche chamava de intempestivo, inatual”. Sobre o arquivo e o devir, a história e o atual, Deleuze afirma que:

Pertencemos a tais dispositivos e agimos neles. A novidade de um dispositivo relativamente aos anteriores, chamamo-la sua atualidade, nossa atualidade. O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas antes o que devimos, o que estamos em via de devir, ou seja, o Outro, nosso devir outro. [...] A história é o arquivo, o desenho do que somos e deixamos de ser, ao passo que o atual é o esboço do que devimos. De modo

que a história ou o arquivo é o que ainda nos separa de nós mesmos, ao passo que o atual é este Outro com o qual já coincidimos. (Deleuze, 2016, p. 366)

Deleuze (2016, p. 364) considera que Foucault acompanha os rastros de pensadores como Spinoza e Nietzsche, que mostraram que “os modos de existência deviam ser ponderados segundo critérios imanentes, segundo seu teor em ‘possibilidades’, em liberdade, em criatividade, sem apelo algum a valores transcendentais”. A própria subjetividade é descrita por Deleuze (2008, p. 114) como um tema que “consiste essencialmente na invenção de novas possibilidades de vida, como diz Nietzsche, na constituição de verdadeiros estilos de vida”. Uma composição de estilos de vida como obras de arte, no limite das linhas dos dispositivos, como sugere Deleuze (2016, p. 264) ao final da conferência *O que é um dispositivo?*, ao se perguntar se poderia ser possível pensar “uma estética intrínseca dos modos de existência como última dimensão dos dispositivos?”.

Referências

- Agamben, G. (2009). O que é um dispositivo? In G. Agamben. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* (pp. 27-51). Chapecó: Argos
- Deleuze, G. (2016). O que é um dispositivo? In G. Deleuze. *Dois Regimes de Loucos* (pp. 359-369). Rio de Janeiro: Ed. 34
- Deleuze, G. (1990/2008). *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34
- Deleuze, G. (1986/2013). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense
- Foucault, M. (1983). Subject and Power. In P. Rabinow & H. Dreyfus (Orgs.). *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. (pp. 208-226) Chicago: University of Chicago Press
- Foucault, M. (1976/1999). *História da Sexualidade Vol. I – A Vontade de Saber*. RJ: Graal
- Foucault, M. (2004). A Ética do Cuidado de Si como Prática de Liberdade. In M. Foucault. *Ditos e Escritos V – Ética, Sexualidade, Política* (pp. 264-287). RJ: Forense Universitária
- Foucault, M. (1969/2005). *A Arqueologia do Saber*. RJ: Forense Universitária
- Lazzarato, M. (2000). Du Biopouvoir à la Biopolitique. *Multitudes*, vol. 1 (n. 1), pp. 45-57. doi: 10.3917/mult.001.0045
- Rabinow, P. & Dreyfus, H. Interpretative Analytics. In P. Rabinow & H. Dreyfus (Orgs.). *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. (pp. 104-125) Chicago: University of Chicago Press.

Gabriel de Freitas Gimenes. Psicólogo graduado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/2011) com Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2015). Atua como psicólogo clínico em consultório particular.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0065-922X>

E-mail: gfgimenes@gmail.com

Submetido em: 19/04/2022

1ª rodada: 26/04/2022

Aceito em: 29/12/2022
